



(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministério das Comunicações, com cópia aos Correios, sobre transações imobiliárias em Cajamar/SP e em Brasília/DF, efetuadas pelo Postalís e pelos Correios, na forma em que especifica.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro das Comunicações, Sr. PAULO BERNARDO SILVA, com cópia à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), pedido de informação sobre transações imobiliárias em Cajamar/SP e em Brasília/DF, efetuadas pelo Postalís e pelos Correios, nos seguintes termos:

- 1) Se os Correios solicitaram previamente ao Postalís a compra do terreno de 220.000 metros quadrados em Cajamar/SP;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 2) Razões por que os Correios não adquiriram diretamente o referido imóvel em Cajamar/SP;
- 3) Cópia do contrato entre Correios e Postalis relativo ao aluguel do imóvel de Cajamar/SP, destinado como centro de logística dos Correios;
- 4) Cópia dos relatórios jurídico e de viabilidade econômica ou outros estudos técnicos dos Correios relativos ao imóvel de Cajamar/SP;
- 5) Cópia dos relatórios jurídico e de viabilidade econômica ou outros estudos técnicos dos Correios relativos ao terreno de 73.000 metros quadrados, no Distrito Federal, adquirido por R\$ 123 milhões, em 2012, destinado à construção do Centro de Cartas e Encomendas de Brasília;
- 6) Razões por que até o momento não foi realizado sequer o processo licitatório para a construção do edifício no referido imóvel em Brasília/DF;
- 7) Cronograma atualizado, dos Correios, para que as atividades dos centros de Cajamar/SP e de Brasília/DF estejam em funcionamento.

JUSTIFICATIVA



O Postalís (Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos), maior fundo de pensão do Brasil em número de contribuintes, já vem sofrendo de forma aguda uma crise em sua situação financeira.

Em abril deste ano, por exemplo, o seu Conselho Fiscal apresentou déficit técnico de R\$ 1,18 bilhão, acumulando um déficit de R\$ 1,85 bilhão, equivalente a 25,05% da Provisão Matemática. Somente nos últimos anos, o Postalís perdeu grande parte de seus recursos com investimentos no mínimo suspeitos – e desastrosos do ponto de vista contábil - como com a compra da dívida argentina pelo *Bank of New York Mellon* e as aplicações nos bancos Cruzeiro do Sul e BVA ou na financeira Oboé, todos liquidados pelo Banco Central. No pano de fundo dessa desordem quanto à gestão dos recursos, existem fortes suspeitas de que as indicações políticas para os cargos de direção do Postalís sejam uma variável determinante nesses resultados desastrosos.

Esse alerta não é novidade, infelizmente. E, ao que tudo indica, não cessa a escalada de denúncias referentes aos desastrosos investimentos efetuados nos últimos anos pelo Postalís.

Segundo a revista *Época*, que publicou matéria “Endereços sob encomenda”, edição de 17 de novembro, os Correios e seu fundo de pensão Postalís apostaram mais de R\$ 300 milhões em transações imobiliárias suspeitas.

Essas compras chamam a atenção. O terreno de Cajamar/SP seria, primeiro, adquirido por uma pessoa. Quando o negócio estava para ser concluído, o proprietário desistiu e vendeu por R\$ 40 milhões a menos para uma empresa situada na Nova Zelândia, a *Latan Real Estate New Zealand*,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

que tem como sócio o advogado do primeiro proprietário e que depois vendeu para o Postalís por R\$ 194 milhões. Um milhão a mais do que seria pago no início.

O segundo imóvel, localizado em Brasília/DF, foi adquirido pelos Correios pelo valor de R\$ 123 milhões com o objetivo de construir o Centro de Cartas e Encomendas de Brasília. O antigo proprietário do terreno, o governo do Distrito Federal, recebeu o pagamento à vista, mas até o momento nada foi construído, mesmo passados dois anos da transação. A razão, de acordo com Época, é que a destinação do terreno, segundo as normas urbanísticas de Brasília, não comporta empreendimentos comerciais. Um parecer jurídico dos Correios, no entanto, já alertava para esse problema antes da efetivação da compra do terreno, assim como para o sobrepreço com que a área vinha sendo avaliada.

Com o intuito de esclarecer as denúncias que envolvem recursos tanto dos funcionários dos Correios, por parte do Postalís, como da própria empresa que é uma das mais admiradas do Brasil, solicitamos o envio deste Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em de novembro de 2014.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR